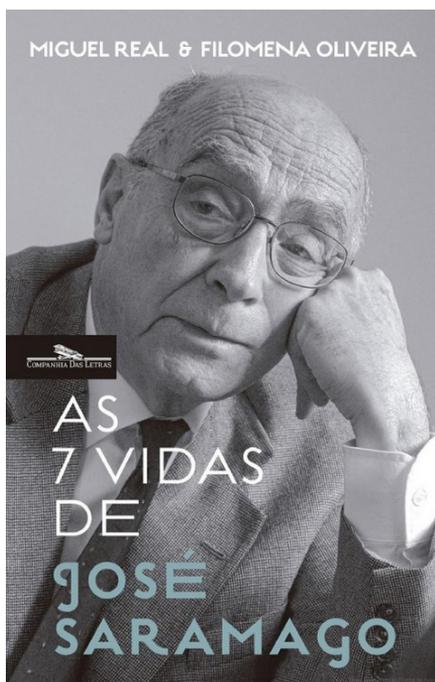


Miguel Real, Filomena Oliveira: *As Sete Vidas de José Saramago*. Lisboa: Companhia das Letras, 2022, 752 pp.

Raquel Varela (UNL)

Roberto della Santa (DCSPT / UA)



As Sete Vidas de José Saramago – do ensaísta Miguel Real e da dramaturga Filomena Oliveira, editada pela Companhia das Letras (2022) – é uma obra de escrita apurada, com um timbre melódico, que nos faz devorar com deleite as mais de setecentas páginas que acompanham a vida e obra de Saramago – com a renúncia explícita aos “mexericos” e/ou “minudências” de uma pátria pequena e medíocre, um quinhão da Nação que Saramago abertamente criticava e do qual, deliberadamente, tomou distância, com intenção e gesto de “grande renúncia”, como queria Herbert Marcuse. O duplo movimento, do biografado e dos biógrafos, é raro (e digno

de nota) no cenário intelectual do país. Tão-só assim foi possível abraçar (muitos salves ao *espírito de cisão!*) à parte que admirava e acarinhava, a esfera pública plebeia, dos que vivem do próprio labor, e que lutam por se autoemancipar. Só isso já tornaria este lançamento numa boa nova alvissareira. Mas é, mesmo, muito mais. Foi necessário o casamento de duas poderosas penas para este efeito.

As Letras e a Política podem lidar – simultânea e contraditoriamente – com impostações programáticas ou figuras de linguagem, no mais das vezes, numa recíproca fertilização. Dialectizar o desassossego literário com a inquietação política, sem nunca subsumir um à outra mas, justamente, reencontrando, daí, um novo (e surpreendente) significado para ambos: este foi o repto de nosso autor – um *comunista escritor*, e não “escritor comunista”. Em tal universo estético-social, contudo, a aproximação entre arte e vida – no interior da forma literária – adquire uma conotação política

cuja poética exigirá a denotação de um futuro em aberto. A função da crítica não se reduz a reproduzir a sociedade de seu tempo. O precípua objetivo – quer pelo conteúdo, quer pela forma – trata-se de desempenhar um papel transformador, a um só tempo cultural e político, quais sejam, a Arte e a Revolução. O que o público tem agora ao alcance das mãos é um contributo essencial para a história. E *História* – já se o diria o crítico norte-americano Fredric Jameson – *é aquilo que dói*.

Estrela alguma prenunciava um destino radiante. O menino José, os pés descalços no Ribatejo, o púbere reparador de bombas d'água, ou já jovem escriturário de companhias de seguros, não podiam saber ou prever o que estava por vir. O leitor não há de encontrar, a calcorrear as páginas deste volume, nenhuma evidência “finalista” tão comum a este género: como se fora peças russas, Matryoshkas; *o-miúdo-Alexandre* desde *Alexandre-o-grande*. Mas, tampouco, fica nada de relevante de fora. Desde a infância, marcada pela escassez, o devotado respeito pelo trabalho manual e pelo conhecimento vivo à história – admirável – do autodidatismo intelectual, possível por uma determinação e disciplina férreas; à mãe, que chegou a empenhar no Verão os cobertores do Inverno, um dos muitíssimos exemplos profundamente comovedores, deste duro périplo que era a sobrevivência diária da maioria da população antes da Revolução de Abril; à falta de intimidade das casas compartidas dos pobres, ao pai-polícia, adaptado aos *regimes* – já psíquicos ou políticos – predominantes, e a (“mítica”) Azinhaga, do querido avô... Segue-se a passagem do trabalho manual ao de serviços e, depois, ao intelectual e a credibilidade, social e laboral, ora editor; em um feliz encontro de encontros, onde foi fulcral todo labor anterior – longas horas e dias a estudar, de modo hercúleo, do pensamento social até a história universal, e às letras como um todo. Nada de novo pode advir da falta de memória e história.

As canções de Chico Buarque e os contos de José Saramago remontam a uma língua que bem cedo na história moderna se globalizou, mas só muito recentemente obteve seu lugar. Portugal – a sua origem – demonstrouse inviável, já na União Europeia ou em voo solo, mais autárquico (como entra em rota de colisão, com o PC e o “nacionalismo de esquerda”, ou mesmo com o “Europa Connosco”, do PSI), porque o país só pôde ser quando ousou convulsionar e transformar o *continuum* do espaço-tempo de um povo-nação na elevação, em contratempo musical, duma nova cultura integral – a revolução social que, tal qual no ensaísta alemão Walter Benjamin, é movimento tão forte e portentoso de redenção, dos *que-vivem-do-próprio-trabalho*, que *salva* os antepassados escravizados (porque *salva* os

contemporâneo emancipados) – assim é que se realiza, por fim, *Levantado do Chão*. Este reencontro com a nossa humanidade perdida, é a isso que nos levam as personagens de Saramago, mesmo quando, algo desapontadas, desprendem-se ao cinismo pueril de tantos intelectuais desiludidos com as várias revoluções inacabadas e deixam-nos não becos sem saída, mas incómodas questões sobre nós mesmos (*Ensaio sobre a Lucidez* e *Ensaio sobre a Cegueira*). É com Saramago que – por fim – nossos mortos estão a salvo dos vencedores e do presente. É desde o espectro da revolução que se faz a sua épica defesa.

A biografia sustenta, magnamente, o humanismo – e certo universalismo – do romancista. O Saramago do internacionalismo iberista (o que será a *Jangada de Pedra* senão o seu símile alargado?) – com uma vasta tradição, muito anterior a um Antero ou Eça –, seu universalismo, que ninguém levou tão longe na literatura portuguesa. E por isso chegou onde nunca antes chegaram as velhas caravelas. Como – e por quê – o terá conseguido? O “mundo do trabalho” é o seu centro. O labor perfaz uma “ontologia do ser social”, a protoforma vital – do género humano enquanto tal – e o núcleo vivo da criação heroica de Saramago. O trabalho é o denominador comum da história da humanidade e, por isso, logrou (re)conquistar o mundo. Se em *Sete Vidas* vamos palmilhando a sua compreensão tudo isto é porque Miguel Real e Filomena Oliveira nos dão a conhecer e acompanhar o *meticuloso labor* do *mestre-artesão-que-escreve*, num todo artístico e dialético, que nos permite entranhar naquele que se fez a escrever (e fazer) o mundo (que o fazia a si mesmo). Como se reciprocavam a sua política e a sua poética?

Saramago caminhava para a construção duma cidade futura, o *fio condutor* – no sentido elétrico e eletrizante – da biografia em tela. Uma cidade inteira, onde cabemos todos, integral e humanamente, e que ele foi conquistando – golpe a golpe, verso a verso –, como editor, intelectual, jornalista e escritor. O escritor que levou os momentos mais altos de Portugal ao mundo, ao ritmo e compasso da república democrática e das Belas Letras (e não dos canhões de guerra ultramarina e do Estado de Gestão do Capital), renunciando explicitamente – e, até, *fisicamente!* – aos limites das fronteiras nacionais, abraçando o projeto societal como um grande ato histórico-universal (“será coletivo ou não será”) – como recordou Filomena Oliveira, na apresentação da obra no Festival Folio, poucos por esse mundo saberão quem foi D. João V e ninguém se esquece, depois de ler *Memorial do Convento*, dos milhares de trabalhadores que o soergueram e sustentaram. É aqui aliás que está a chave do reconhecimento mundial da literatura de

língua portuguesa – e o que é central na biografia do Premio Nobel – a Revolução dos Cravos como processo-chave que recria o criador ou – como gostava de lembrar o autor – cria personagens que o criaram a ele. Mas parar por aí seria uma grosseira reificação contextual.

Encontramos então algumas notas fundamentais para entender um Saramago íntegro a si mesmo – a não-adesão acrítica ao neorrealismo, apesar de já inserido no seu meio –, e a inspiração na cultura universal, por exemplo, uma biblioteca Cosmos de Bento de Jesus Caraça – a cultura para todos ou, recordámo-nos a ler a *Semana de 1922*, “a massa ainda comerá o biscoito fino” (*leitmotif* maior do poeta de vanguarda modernista, Oswald de Andrade). *E comeu-se o biscoito fino*. Não há “unidade nacional” em Saramago, mas luta de classes. Desde os “Bertos”, de *Levantado do Chão*, aos *Apontamentos*, da Revolução dos Cravos, Saramago estará sempre a nos perguntar como seria o mundo se existisse cooperação, a cidade futura, uma utopia concreta. E, aqui, a literatura distancia-se da sua meia-irmã, a história, suspendendo-nos do real para nos ofertar as possibilidades reais de reconstrução do porvir – a imaginação criadora, o “homo imaginus”, porque, se somos “homo faber”, somos também a única espécie que pré-idealiza (*o-ser-que-projeta*) e Saramago, como na obra é tantas vezes recordado, foi isso – uma rutura radical com o realmente-existente que é uma fratura plena e estética –, reinventa todo um novo tipo de literatura, nada menos do que isto. Sua reconstrução da língua, da literatura e da cultura lusófonas dificilmente pode ser cotejada a qualquer realização artístico-intelectiva de fala portuguesa. E isto foi reconhecido, numa autêntica apoteose popular, como nos recordam os autores, em que a literatura, pela primeira vez, foi aplaudida de pé em praças e avenidas – quando o autor regressa da Suécia, onde lhe entregam o Nobel. *Saramago foi o biscoito fino para as massas* – como, até então, só o tinham sido alguns compositores populares. Ele generosamente inaugura o reconhecimento genuinamente nacional e popular da alta literatura na vontade coletiva.

Vêm, logo, duros anos de adesão à luta pela democracia, resistência à ditadura, filiação ao Partido Comunista, sempre como um herege convicto e confesso – antes, durante e depois da revolução social. José Saramago chega a um acordo mediado, com o PC, mantendo a sua autonomia recíproca – o escritor que inventou Blimunda do *Memorial do Convento* e um dos momentos mais impressionantes da história da narrativa da tortura (a par das descrições dos Processos de Moscovo em *Zero e o Infinito*, de Koeslter, ou de Padura, n’*O Homem que Gostava de Cães*) quando põe as formigas

a assistirem-narrarem à tortura dum trabalhador resistente, em *Levantado do Chão*. Poderia algum ortodoxo de um PC demasiado ligado à URSS e desta (material e ideologicamente) dependente inventar uma literatura tão radicalmente inovadora? Nenhum *apparatchik* conseguiu-lo-ia.

Esclarece-se aqui cabalmente o episódio do Diário Nacional (DN) em 1974-1975, que não passa disso. Saramago sequer esteve na reunião de “expulsão” dos jornalistas do jornal diário, mas não foi contra ela – o esclarecimento, porém, é outro: no Expresso, ao lado, escorraçavam jornalistas, chamava-se e chamam-se despedimentos (às vezes) coletivos. No DN foi com plenários onde até a *arraia miúda* estava, e isso, a direita extremista não perdoa. Porque o que a velha direita não perdoa não é a luta política – fracional, e, muitas vezes, muito errada que, à Esquerda, Centro e Direita, se faz aos opositores. O que a direita não perdoa é a Revolução de Abril. É o “plenário a céu aberto”. É o azimute histórico-social mais importante de toda história do Portugal contemporâneo. E também o marco mais importante na vida da obra que criou o criador – Saramago – que não só se tornou no escritor de referência mundial, como, recordam-nos os autores, foi o escritor que abriu portas, até aí semifechadas, à literatura portuguesa, em todo o mundo.

N’*As Sete Vidas de Saramago* explica-se que o homem não é a Revolução dos Cravos – há um profundo e extenso trabalho prévio, um ser antes e depois do tempo, que os autores analisam com cuidado, incluindo o papel de crónicas, poemas, estudos, companheiros intelectuais e verdadeiras amizades, na construção do escritor (uma “Oficina de Escrita”, p. 239) – mas sem esta – a revolução social – não havia a rutura fundamental, incluindo o distanciamento, tornado em apoio crítico – ao PC, que não lhe perdoou ter apoiado a esquerda militar, quebrando o pacto social de divisão do mundo e “coexistência pacífica”, a que Cunhal foi fiel, a pedra-de-toque geopolítica negociada, em Yalta-Potsdam, entre Estaline, Roosevelt e Churchill. Portugal era da NATO, Angola estaria em disputa, e isso implicava nalguma solução mediada, no 25 de novembro, que deixou parte da esquerda gonçalvista órfã – Saramago não terá, por isso, emprego quando sai do DN, abrindo-se daí, com a ida para o Alentejo (*Levantado do Chão*), um novo umbral – uma literatura de rutura, de criação, do novo. Abril é o ato qualitativo, fundamental, para explicar este génio das letras universais, que transformou toda a língua pela interseção da alta escrita barroca, inspirada em Padre Vieira (do qual os autores são verdadeiros *connaisseurs*) e a moderna oralidade popular (p. 28).

E isso, tampouco, perdoa-lhe a nova direita, desavergonhada e ressentida, porque não foi a bandeira de um país decadente que “nos” levou

além, foram romances onde se ensaia o mundo novo – o Bom, o Belo e o Justo – o que levou do esplendor de Portugal ao mundo.

Uma meticolosa investigação, que não começou ontem e não termina amanhã, tem lugar na obra ofertada a um público hoje já coetâneo a Cátedras Universitárias ou Láureas com a “Cidade de José”. O benefício do inventário tem a seu dispor arquivos, teses doutorais e/ou colóquios especializados. Para isso são mobilizadas a filosofia e a história, mas também a estética e a crítica literária. Quando Saramago já foi vertido no discurso contemporâneo por via da ação memorialística e museológica – para não falar das adaptações, aos palcos de teatro e às salas de cinema, que percorreram o Globo – e muito de seu trabalho já foi traduzido em dezenas de idiomas, falados nos diferentes continentes habitados do Planeta, em pleno aniversário de uma efeméride tão extraordinária, Miguel e Filomena põem-se em campo para doarem-se, de modo visceral e encantado, àqueles todos que hão de vir. Miguel Real e Filomena Oliveira ofereceram-nos – com o rigor e a paixão que encontraram no/pelo autor, José Saramago – a lavra fundamental e incontornável, a partir de agora, para quem quer conhecer a vida e obra de Saramago, a história da literatura de fala portuguesa e a história de Portugal e do mundo no breve século das guerras, crises e, claro, revoluções.

Seu Tempo – do narrador e seus biógrafos –, como queria o poetinha-camarada, é *Quando*.